



Assembleia Virtual dos Servidores da Cultura: É preciso lutar para alcançar as reivindicações

A campanha salarial dos servidores públicos expõe as contradições do governo Lula. A ausência de negociação efetiva, nas reuniões da Mesa de Negociação Permanente com o Ministério de Gestão e Inovação, aponta que é fundamental intensificar a pressão para conquistar as justas reivindicações da categoria.

No dia 15 de agosto ocorreu a assembleia virtual dos servidores da cultura. Na ocasião os presentes tiraram dúvidas sobre a campanha salarial, comentaram os impactos das novas regras para aposentadoria, questionaram a ausência de reajuste na Vantagem Pessoal Nominalmente Identificável (VPNI), elegeram representação para o congresso da CSP-Conlutas, entre outros temas.

Conjuntura e campanha salarial

A proposta protocolada pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais, propõe uma reposição salarial dividida ao longo de três anos, acrescida da reposição da inflação anual.

Entretanto, o governo, em reunião no dia 10/08, condicionou a discussão de qualquer índice à aprovação do arcabouço fiscal, deixando à mostra sua falta de compromisso com demandas há muito negligenciadas, como a recomposição dos atrasos defasados.

Após à aprovação do arcabouço fiscal, o governo agora já tenta justificar a falta de previsões para 2024, alegando possíveis gastos superiores à arrecadação, e por isso não seria viável, o que eles chamam de concessões aos ao funcionalismo. Ignorando anos de perdas salariais, sucateamento e desmonte dos órgãos públicos e a ausência de investimentos em políti-



cas públicas, em especial nos quatro anos.

Luis Genova, secretário Geral do Sindsef-SP e servidor do Ipen, faz uma crítica contundente ao recente Arcabouço Fiscal, aprovado no Congresso Nacional com 379 votos completos e 64 contrários em 22/08. Esse conjunto de medidas tem como metas eliminar o déficit nas contas públicas no próximo ano e gerar superávit a partir de 2025.

O impacto das novas regras fiscais só ameaça as pretensões dos servidores, inviabilizando reajuste de despesas com servidores, realização de concursos públicos e reestruturações nas carreiras, entre outros ataques, ao mesmo tempo que mantém intocáveis os recursos destinados para o pagamento de juros da dívida pública.

Ampliar e fortalecer a luta

Após seis anos, ou mais, sem nenhuma reposição salarial, o aumento de 9%, apesar de insuficiente, chegou a ser visto como positivo, já que havia sinalização de melhorias para 2024.

No entanto, as reuniões da mesa de negociação mostraram-se infrutíferas, sem nenhuma proposta que contemplasse as demandas acumuladas ao

longo do tempo, seja na esfera econômica ou nas revogações das medidas prejudiciais aos servidores e serviços públicos.

Há também a imposição da banca governista de constituir 10 mesas temática, em substituição as mesas setoriais, e os debates ocorreriam em apenas 10 semanas. Tal distribuição é muito aquém do que existe em termos de organização setorial no serviço público atualmente e tornaria inviável contemplar as especificidades das diferentes carreiras nesses grupos.

Outro ponto de atenção trata da unificação dos regimes de previdência. O governo pretende criar um grupo de trabalho para debater esse tema, apontando, na prática, a mesma lógica de criar um regime único de previdência.

O Sindsef-SP também considera equivocada a estratégia dos representantes dos trabalhadores que sugerem o parcelamento do índice de reajuste como ponto de partida para as negociações.

Apesar dos obstáculos, seja o prazo para inclusão do índice de reajuste no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) e/ou pelo posicionamento do governo, a luta está longe de ser encerrada.

É preciso lutar para conquistar as reivindicações! Sem luta, não se consegue nada, independente do governo. Por isso é fundamental se engajar para fortalecer a Campanha salarial, pois o embate não vai ser tão tranquilo como alguns, talvez tenham acreditado que seria.

Diga não à Reforma Administrativa!

A luta pelo arquivamento definitivo da Reforma Administrativa deve ser preponderante entre as pautas do próximo período, já que o deputado Arthur Lira, presidente da Câmara, quer retomar a tramitação do projeto e colocar em votação ainda em 2023.

A mobilização pela rejeição desse projeto precisa ser retomada com força total. O embate não se resume apenas à proteção dos direitos e salários dos servidores públicos, mas também à luta contra a precarização e a privatização dos serviços públicos. A possível privatização destes serviços levanta preocupações sobre o agravamento do desamparo da população mais vulnerável, que poderia enfrentar a necessidade de arcar com custos por setores essenciais como saúde, educação e segurança.

Pontos específicos

Servidores do Museu Lasar Segal, após reunião com representante do Ibram, não vislumbram nenhuma melhoria na carreira nos próximos meses. A expectativa de alguma melhoria salarial recai sobre a campanha salarial, é fundamental lutar pela recomposição do poder de compra da categoria.

É nesse cenário que os trabalhadores cobram equiparação dos benefícios do Executivo como Auxílio Alimentação com os demais poderes, pois mesmo com reajuste de 2023, segue sendo o menor valor pago pela União.

Outro ponto que pedem atenção nas negociações com o governo é sobre o valor do Auxílio saúde. Com o envelhecimento da categoria e o alto custo dos planos, seja de autogestão ou particular, está inviável manter um plano de saúde. Os baixos salários im-



pactam na qualidade de vida dos servidores, que precisam escolher entre manter um plano de saúde ou garantir o pagamento dos consumos básicos de uma família.

VPNI

A Vantagem Pessoal Nominalmente Identificável encontra-se congelada há cerca de duas décadas. Isso ocorre, pois, esse valor só é reajustado quando há Revisão Geral de Remuneração. A equipe jurídica do Sindsef-SP apresentou diferentes ações pleiteando essa correção, mas os Tribunais rejeitaram todas as teses defendidas.

Precarização

A falta de recursos humanos é outro problema gritante no Museu Lasar Segal. Hoje chega a ter servidor acumulando tarefas de cinco pessoas, devido a falta de concursos para preenchimento das vagas que surgiram com aposentadorias, falecimentos e até saída do órgão em busca de melhores salários.

Ao mesmo tempo, não parece haver uma real intenção em promover concursos públicos, deixando às diretorias dos museus buscar saídas imediatistas e temporárias como a contratação precarizada de novos trabalhadores.

PGD

Outro fator de inquietação reside na Instrução Normativa referente ao Programa de Gestão e Desempenho (PGD). Em reuniões com a presidência do Instituto foi solicitado pelos servidores uma maior transparência sobre o grupo de trabalho que está sendo formado para a avaliar o programa e

apontar novas sugestões de acompanhamentos em cada Museu.

A incerteza e falta de clareza da presidência do órgão sobre a continuidade do PGD tem gerado um ambiente de desconforto de servidores sobre o seu trabalho. Inclusive alguns servidores apontam que tudo indica que a nova administração do Instituto tem montado um grupo de trabalho afinado com suas próprias opiniões, sem respeitar uma escuta democrática de visões contrárias à sua.

Assédio Moral

Ao longo dos últimos meses, diversas reuniões sobre assédio moral têm sido promovidas nos órgãos da cultura. A iniciativa louvável por princípio, carrega algumas críticas por não apontar caminhos concretos para o enfrentamento da questão. Destaque para a fala de um diretor, que recentemente apontou para a presidência de seu órgão que o assédio pode se dar diversas formas, sendo uma delas a negativa, ou constrangimento contínuos, para a participação em eventos e cursos de formação quando solicitado por servidores. É visível que apenas alguns poucos afinados com a direção dos seus órgãos de origem têm tido o 'privilégio' de buscar uma formação aprofundada no seu campo de atuação.

O chamado à ação é claro: As entidades nacionais precisam endurecer o tom para alcançar as reivindicações da categoria. A mobilização é fundamental para fortalecer a Campanha Salarial, pois o debate futuro não será fácil.